



ATUAÇÃO DOCENTE NUMA PERSPECTIVA HUMANIZADORA NO ENSINO TÉCNICO: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ INTEGRAL

Cinthy Raquel Pimentel da Mota ¹
Tânia Rodrigues Palhano ²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir e dialogar sobre a importância da atuação docente no ensino técnico a partir de um olhar humanizador, observando como a postura ética e responsável contribui na formação integral do sujeito. O foco é a educação humanizadora entreteçada pela ética na formação docente como apontam Fávero, Candau e Freire, numa perspectiva de uma educação plural, atenta as necessidades do sujeito, a partir de uma ótica dialética, crítica e reflexiva. Utilizamos como proposta metodológica a pesquisa bibliográfica, ao investigarmos sobre a ética e humanização no ensino técnico, nos caminhos da atuação docente para uma educação em que o currículo contribua na formação de cidadãos ativos, críticos e atuantes. Concluimos que, o docente que atua a partir de uma perspectiva humanizadora, deve então, pensar e agir na relação teoria e prática, considerando não só as disciplinas técnicas, mas intervindo de forma crítica, despertando a curiosidade dos alunos, levando-os a refletirem, indagarem e buscarem mudanças e transformações sociais.

Palavras-chave: Formação docente, Educação Humanizadora, Ensino técnico.

INTRODUÇÃO

Ao refletirmos sobre o trabalho aliado ao capitalismo e sua relação com a educação, vemos que historicamente determina a divisão em classes sociais, pois enquanto o indivíduo que supervisiona, comanda e acumula o capital mantém-se na classe elitista, detentora do poder, o trabalhador que demanda sua força de trabalho para o sistema está muitas vezes afastado dos direitos sociais.

Dessa forma, por apresentar um caráter dual, o trabalho está aliado à educação, especialmente a profissional, pois mesmo apresentando nos dias atuais, valores e objetivos voltados para a formação geral do indivíduo, valoriza, muitas vezes de maneira exacerbada, as demandas produtivas do mercado.

¹ Pós Graduando do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, cinthya-pm@hotmail.com;

² Professor orientador: Pós doutora em Educação, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, taniarpalhano@gmail.com.



No caminho de superação do modelo de produção taylorista/fordista, surgem novos conceitos e princípios na educação como a autonomia, a participação, a gestão democrática, direcionando a toda a sociedade a responsabilidade de uma escola pública e de qualidade. No entanto, o sistema capitalista vigente não retira a busca por uma formação mecânica do indivíduo, pois com a competitividade, cada vez mais crescente, quanto mais qualificado, mas apto estará para concorrer às vagas no ambiente trabalhista.

Em pleno século XXI, e com a constante “negação” de um sistema de ensino tradicional, voltado para a organização racional do trabalho, percebemos através dos currículos dos cursos técnicos, que ainda não foram totalmente substituídos. A educação então precisa integrar teoria e prática, com o objetivo de uma formação geral do indivíduo, movidos de conhecimentos científicos e tecnológicos, a partir de uma ótica dialética, na qual a educação não esteja restrita apenas a preparação para o trabalho, “a escola do trabalho deve ser entendida como processo social complexo, agir humano, movimento de ideias e ações que acompanham a introdução do trabalho na escola com um princípio educativo”. (LOMBARDI, 2005, p. 126).

Assim, como tratar da relação trabalho – educação nos dias atuais? Relação essa que esteja baseada numa perspectiva crítica e reflexiva? Que propicie aos alunos uma compreensão ética da realidade? Veremos a seguir as características da educação humanizadora e como é fundamental no desenvolvimento do ambiente de ensino.

Abordaremos a temática da educação humanizadora, explicitando sua influência na formação integral do ser humano, respeitando seus limites e especificidades, bem como a atuação docente nessa perspectiva educacional. Ao analisarmos o contexto em que se desenvolveu a educação brasileira, marcada pela separação no sistema educativo, principalmente pós 30, em que a escola passou a ter como uma de suas funções, formar mãos de obras qualificadas para atender as novas demandas do capitalismo, reconhecemos a importância de estudarmos a temática do diálogo e da ética no ensino técnico, bem como a atuação docente como facilitadores de uma educação plural, atenta as necessidades do sujeito enquanto cidadão, buscando a superação da dicotomia entre teoria e prática, visando uma educação que possibilite a ascensão do aluno como protagonista de sua história, atuando de forma consciente e crítica na sociedade.



Para subsidiar nossos estudos, dialogaremos com alguns autores que tratam da temática, tais como: Freire (2004, 2006, 2008), Gadotti (2003), Martins (2000), Pimenta (2002), Tardif (2002).

Ao falarmos em educação humanizadora, nos remetemos à uma educação que propicie que o sujeito se expresse, que almeje o acesso e permanência à escola de qualidade marcado pela divisão social de classes, decorrente do processo histórico da educação brasileira.

Assim, como educar considerando a formação integral do indivíduo? Como levar em conta uma educação humanizadora num contexto de exclusão, discriminação e negação como a educação profissional técnica? Sabemos que educação é um ato político e dessa forma, é necessário a criação de projetos, leis, decretos e/ou resoluções que contribuam para a melhoria da educação, que seja de qualidade e acessível a todos. No entanto, contrariando as lutas por igualdade, acessibilidade, poucos foram os avanços políticos educacionais, visto que sempre prevalecem os interesses dos dominantes.

A humanização caracteriza-se pelos princípios de ética, valorização e respeito ao ser humano, resgatando assim, valores humanísticos, muitas vezes ignorados pelo espírito de competitividade, individualismo, tão presentes no contexto social vigente. Trabalhar a humanização requer o rompimento de paradigmas tradicionais que emergiram desde os primórdios da colonização. É preciso superar as desigualdades sociais, políticas, econômicas, intensificadas com o advento do capitalismo e da globalização.

Educar como processo de humanização, é propiciar ao sujeito a saída de um estado de alienação, podendo transformar-se a si mesmo e o ambiente ao seu redor. Dessa forma, na humanização é primordial que o sujeito reconheça a si mesmo, a partir do desenvolvimento de uma consciência crítica, primando por sua libertação, interrogando e problematizando o mundo em que está inserido. De acordo com Freire (2004, p. 38),

A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Assim sendo, urge a necessidade de uma educação problematizadora, em lugar de uma educação bancária, que reconhece o sujeito apenas como um objeto vazio, ao



qual está apto a receber as informações que lhe forem impostas, reproduzindo-as sem nada questionar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cada indivíduo é inconcluso e inacabado, reconhecendo-o como tal e por isso, um ser que questiona, que transforma, sendo assim um ser atuante na sociedade, que busca sempre aprender, visando ser mais. É a partir dessa consciência que é possível a luta pelo fim das dicotomias existentes entre aqueles que estão no poder, conhecidos como os opressores, e aqueles que são mantidos longe das decisões, devendo apenas acomodar-se, os oprimidos.

O cerne da relação entre humanização e ética na educação, fundamenta-se na formação de cidadãos críticos, criativos e conscientes, dispostos a lutarem pela transformação por uma sociedade justa, igualitária, democrática e sustentável, desmitificando a ideia de que devem estar passivos aos interesses dominantes.

O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora. (FREIRE, 2002, p.17).

O excerto acima apresenta um dos desafios da educação, ao passo que, educar para a transformação requer a quebra de paradigmas que perduram há muito tempo. Busca despertar no indivíduo a consciência de sua realidade e de sua posição na sociedade, que através da reflexão, pode ser modificada.

A mídia apresenta-se como um importante instrumento no processo de acesso à informação, pois o indivíduo tem a possibilidade de recorrer a diversos sites, redes sociais para verificar a veracidade ou não dos fatos. É notório que, com o avanço das tecnologias e da acessibilidade as mesmas, surge paralelamente a necessidade de adaptação das instituições escolares, de modo que não se torne um ambiente ultrapassado ou estagnado frente às mudanças sociais e tecnológicas que ocorrem aceleradamente. Kenski (2012, p.47) salienta que,

Em relação à educação, as redes de comunicação trazem novas e diferenciadas possibilidades para que as pessoas possam se relacionar com os conhecimentos e aprender. Já não se trata apenas de um novo recurso a ser incorporado à sala de aula, mas de uma verdadeira transformação, que transcende até mesmo os espaços físicos em que ocorre a educação. A dinâmica e a infinita capacidade de estruturação das redes colocam todos os participantes de um momento educacional em conexão, aprendendo juntos, discutindo em igualdade de condições, e isso é revolucionário.



Diante dessas circunstâncias, é importante ressaltar que, uma educação preocupada com a ética e com a humanização, ao considerar a tecnologia como uma ferramenta de ensinar e aprender, necessita estar atento a essas questões, contribuindo na formação de sujeitos aptos a recebê-las e utilizá-las de maneira adequada.

A educação, portanto, intencional e planejada, busca atingir determinado fim e para isso, ações são desenvolvidas para cumprir esse objetivo. No entanto, a realidade é que muitas vezes, essa finalidade está permeada de ideologia e ilusões, marcado por interesses políticos e ilegítimos distante das necessidades reais da maioria da população.

O sujeito aprendente não chega mais na escola alheio as transformações históricas e sociais, pelo contrário, traz consigo uma visão de mundo, de sociedade e de si mesmo, ou seja, uma bagagem de informações que precisam ser valorizadas e respeitadas. A partir dos conhecimentos prévios do sujeito é possível desenvolver conhecimentos científicos. Freire (1996, p. 15), afirma que é dever da escola,

não só respeitar os saberes com que os educandos chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino de conteúdos.

Destarte, como devem ser desenvolvidos os currículos dos cursos técnicos, visando a formação integral do indivíduo? Como propiciar uma visão além do simples manuseamento das técnicas? Propiciando momentos de interação e reflexão que conduzam a uma formação ética e cidadã? De que maneira as instituições escolares devem atualizar suas disciplinas, de modo a garantir o respeito e a valorização do ser como um todo?

Para alcançarmos uma educação que abarque positivamente essas indagações acima, é importante que haja o diálogo. Diálogo que permite a troca de ideias, de informações, a partir do qual o indivíduo se educa, pois assim como afirma Freire (2004, p.39), “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

Ao propormos uma reflexão sobre a importância do diálogo na prática educativa, utilizaremos as ideias de Paulo Freire, e considerações acerca da temática.

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (...). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação. (FREIRE, 2006, p.114).



O diálogo é algo existencial, não imposto, pois se assim fosse, prevaleceria o monólogo, onde um apenas diria a palavra, e outro apenas absorveria. É a partir do diálogo que o sujeito conhece a si e o outro e distingue-se das demais espécies, pois apresenta a capacidade, através da linguagem, de comunicar-se.

Dessa forma, uma educação humanizadora deve estar baseada no diálogo, atentando para saber ouvir o outro, construindo novos saberes. É importante salientar que o diálogo só é significativo quando se dá de maneira horizontal e não vertical, possibilitando a reflexão pelos sujeitos envolvidos.

Ao tecermos um olhar sobre o desenrolar da educação profissional técnica no Brasil, podemos afirmar com veemência que não houve uma ação dialógica e reflexiva, mas sim de domesticação, onde o objetivo era formar mãos de obras adestradas para as atividades profissionais, em detrimento de seres pensantes e comunicativos.

Voltamos assim, a ideia da educação problematizadora, que tem como característica principal, o diálogo, superando o que ainda é comum percebermos nas instituições escolares: o incentivo a memorização e repetição dos conteúdos dados.

A educação brasileira sempre teve o atraso como uma de suas características e mesmo que muitos pensadores e educadores tenham discutido a fim de que as políticas públicas pudessem melhorar a educação, a partir de uma abordagem reflexiva, o comum era ver uma educação bancária, em que predomina-se as classes enfileiradas, valorizando prioritariamente o silêncio, a postura, a disciplina e o acerto. E aos alunos é dada a opção de responder as questões de igual modo como repassado pelo professor.

Na educação profissional técnica essas características são bem mais acentuadas, pois os cursos tendo um tempo menor, na elaboração das ementas, acabam diminuindo ou excluindo disciplinas fundamentais para a formação ética e cidadã, visando uma maior visibilidade das disciplinas técnicas. Há intrinsecamente, uma exigência para que os sujeitos desse processo sejam preparados para as demandas trabalhistas o mais rápido possível.

Diante de um quadro de crescimento nas taxas de desemprego, os cursos técnicos vem sendo bastante procurados na esperança de uma solução emergencial. Assim, é urgente a necessidade de enxergar esses indivíduos enquanto sujeitos, munidos de conhecimentos, que precisam de uma formação, além das técnicas, mas articulando educação profissional, cidadã e ética.



Dessa forma, a educação profissional técnica, que tem uma estreita relação com o trabalho, deve contribuir para que o indivíduo tenha sua própria visão de mundo e de sociedade, podendo expressar-se, sem estar preso a discursos de soberania e autoridade, e sobretudo, possa questionar, refletir, com criticidade e criatividade.

É fundamental que a educação valorize as diferenças sociais, reconhecendo e considerando todos igualmente, com os mesmos direitos, possibilidades de aprender e ser um cidadão ativo, crítico e responsável.

Seguindo esse pensamento, podemos afirmar que uma educação técnica interligada à ética e a humanização requer um olhar atento a diversidade, a palavra do outro, a interação social, numa ação dialógica e reflexiva, bem como a atuação docente problematizadora e instigadora, como aprofundaremos um pouco mais adiante.

Há entretanto, uma dicotomia entre a teoria e a prática, muitos discursos ficam sem utilidade ou não são considerados durante a elaboração e desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a educação. Vejamos abaixo o que nos traz a Constituição Federal (1988) e a atual LDB (1996) respectivamente:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ao analisarmos criticamente esses artigos, vemos que desde a elaboração da Constituição Federal já se discutia e buscava uma educação integral, tendo sido ressaltada na Lei de Diretrizes e Bases da educação.

Destarte, o currículo do ensino médio integral tem se comprometido para cumprir esses princípios? Os planos pedagógicos de curso têm considerado disciplinas voltadas para a formação integral do sujeito? Assim, dialogaremos sobre a atuação docente na educação, em especial na contribuição para a humanização no processo educativo.

Ao discutir sobre processo educacional, a questão da formação docente sempre vem à tona. A educação, enquanto ação política, e o professor como um agente de transformação, torna-se fundamental sua preparação e capacitação contínua e permanente para lidar com os desafios da realidade do sistema educacional brasileiro, de maneira a contribuir, na qualidade de mediador, na formação de sujeitos críticos, criativos e ativos na sociedade.



Diante de um quadro científico tecnológico que avança de maneira acelerada em todas as camadas e áreas da sociedade, incluindo a educação, percebe-se a necessidade de uma atualização da prática educativa, pois devido a tecnologia, as informações e conhecimentos se difundem mais rapidamente, de forma mais atrativa, deixando o ambiente escolar estagnado frente às mudanças contemporâneas tecnológicas.

O professor é aquele que convive diariamente com o aluno, tendo mais facilidade em conhecer suas especificidades, limitações, devendo ser assim, um mediador no processo de construção e/ou aprimoramento do conhecimento.

Pode-se afirmar assim, que existe dentro das salas de aula, a predominância de vestígios do paradigma tradicional da educação, na qual tem a visão de que o docente enquanto “mestre dos saberes”, é o que detêm o saber, cabendo ao aluno introjetar e reproduzir de igual modo o que foi lhe imposto de maneira vertical. Esse tipo de educação, criticada por Paulo Freire e conhecida como “Educação Bancária”, se caracteriza como *“um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante”*. (PAULO FREIRE, 2004, P.33).

Há nesse sentido, a importância do educador ter o interesse e o compromisso com a sua formação, estando sempre em busca de atualizar seus conhecimentos, colaborando na aprendizagem em sala de aula, indagando, manuseando e aprendendo, melhorando sua atuação enquanto cidadão e profissional e tornando sua prática educativa mais prazerosa e significativa.

É importante salientar que os cursos de formação inicial devem ter em vista as demandas da realidade atual, não ficando adstrito exclusivamente às teorias e práticas descontextualizadas das experiências e vivências no ambiente escolar. Assim sendo, é imprescindível que o docente reconheça seu papel e sua importância no processo educativo desde cedo, com habilidade de fazer o uso pedagógico dos conhecimentos adquiridos durante a formação inicial, buscando sempre aprimorá-los.

Tal como Fávero (2010, p.56) afirma “o ser humano está em permanente formação ou construção. Nunca estamos plenamente formados, seja pessoal ou profissionalmente”, pode-se afirmar que a formação continuada é de suma importância para a profissão docente, pois nesses espaços é possível a reflexão sobre a ação e discussões sobre as possibilidades de melhorias, soluções e respostas. Dessa forma, formação inicial e continuada devem caminhar juntas no processo de desenvolvimento da identidade profissional do docente. Segundo Moreira e Candau (2005, p. 23):



É necessário um destaque a necessidade de se pensar uma formação continuada que valorize tanto a prática realizada pelos docentes no cotidiano da escola quanto o conhecimento que provém das pesquisas realizadas na Universidade, de modo a articular teoria e prática na formação e na construção do conhecimento profissional do professor.

Segundo FREIRE (1996, p.17) *“na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”*. Logo, a partir da análise da prática é possível a (re) construção de estratégias associadas à melhoria das práticas educativas, propiciando novos conhecimentos que subsidiarão o trabalho docente, sendo um importante espaço de propostas de mudanças na elaboração de políticas públicas voltadas para a educação.

Por isso, é indispensável que as políticas públicas voltadas para a educação, estejam atentas a problemática da formação dos professores, com o intuito de desenvolverem ações que contribuam para a valorização do profissional da educação.

Destarte, a temática deve ser discutida em âmbito nacional, isto é, onde a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal colaborem na elaboração de estratégias, aprimoramento, sem deixar de considerar as peculiaridades de cada região.

O atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) traz a valorização dos profissionais da educação como um dos maiores desafios das políticas educacionais, sendo uma das diretrizes a ser alcançada com o Plano.

Dessa forma, é necessário primeiro conceder formação adequada ao docente, para posteriormente lhe exigir uma contribuição no processo de aprendizagem dos alunos em relação às tecnologias. Pois como vão poder colaborar se não sabem manusear? Como possibilitar aprendizagens significativas a partir do uso dessas tecnologias?

A formação continuada deve assim, permear o processo de ensino aprendizagem, favorecendo o planejamento de estratégias ao docente para lidar com as diferentes situações educativas, reconhecendo que, através do acesso as tecnologias, os educandos interagem, encontram caminhos e respostas para um único objetivo, se sentem mais estimulados, desenvolvem a criatividade, as relações sociais, recebem rápidas e constantes informações sobre diversos assuntos, questões relacionadas à política, educação, cultura, moda, saúde, dentre outros.



O docente precisa ser crítico, desafiador, que estimule o aluno a pensar, ser ativo, reconhecendo a realidade e o contexto social, político, econômico, primordial para uma prática educativa significativa. Expressa-se no PNEDH (2007, p. 31):

O processo formativo pressupõe o reconhecimento da pluralidade e da alteridade, condições básicas da liberdade para o exercício da crítica, da criatividade, do debate de ideias e para o reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade.

A sociedade brasileira vem cada vez mais se modificando, se reestruturando. As tecnologias digitais, por exemplo, trazem novas demandas educativas para o ambiente educativo, de modo que esse não fique estagnado e torne cansativo e ultrapassado. Com isso, o docente necessita estar em constante atualização, para que sua atuação contribua positivamente no desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Kenski (2012, p.47), considerando essa realidade, afirma que,

As mudanças contemporâneas advindas do uso das redes transformaram as relações com o saber. As pessoas precisam atualizar seus conhecimentos e competências periodicamente, para que possam manter qualidade em seu desempenho profissional. Em uma sociedade em que os conhecimentos não param de crescer, surge uma nova natureza para o trabalho.

No entanto, na prática, não é tão fácil acompanhar essas mudanças. A desvalorização profissional, os baixos salários, as lacunas na formação inicial e continuada, são alguns dos desafios enfrentados, os quais não estimulam nem incentivam os docentes. Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (1996), traz importantes reflexões sobre os saberes necessários à prática educativa, salientando a importância a formação do professor para a melhoria da qualidade do ensino.

O docente precisa atuar de forma consciente e comprometido, visando a melhoria do ensino durante sua prática educativa, de forma que está não fique restrita a preparação do aluno para o ensino superior. Essa é uma das problemáticas da educação brasileira, pois há uma exacerbada preocupação das escolas com o ENEM, por exemplo, sobressaindo-se por isso, a mera transmissão de conteúdos, que devem ser acumulados pelos alunos e repetidos posteriormente.

Com as mudanças que ocorrem diariamente, o docente hoje precisa conhecer seus alunos, ensinar e aprender com os mesmos, numa troca dialógica e interativa, considerando o contexto socioeconômico e cultural, a experiência que trazem para sala de aula, com o objetivo de que, a partir de suas orientações, seus conhecimentos sejam ampliados. Ainda segundo o PNEDH (2007, p.31):

Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de



consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas.

Com isso, ao ensinar o professor também aprende, ao refletir sobre sua prática, pode modifica-la, melhorá-la, trazer novos desafios aos seus alunos, levando-os também a refletirem e criticarem. Sobre o processo de ensino e aprendizagem, Libâneo (2003, pg. 88) afirma que:

O trabalho docente é atividade que dá unidade ao binômio ensino-aprendizagem, pelo processo de transmissão-assimilação ativa de conhecimentos, realizando a tarefa de mediação na relação cognitiva entre o aluno e as matérias de estudo.

O docente deve conhecer a realidade de seus alunos, os fatores sócio históricos do local onde atua, comprometendo-se com ética e responsabilidade, significando assim o processo de ensino e aprendizagem de acordo com a experiência, vivência e necessidade dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas transformações que valorizam a informação, torna-se essencial uma nova postura do docente, exercendo o papel de mediador com os alunos, orientando-os na utilização, fontes confiáveis, de modo a significar a aprendizagem durante sua prática. É primordial despertar no aluno o uso adequado desses novos recursos, para que através de seu conhecimento prévio, desenvolva e/ou aprimore conhecimento científico.

Dessa maneira, o papel de mediador do professor é bem mais visível nesse contexto. O professor atual não pode ficar restrito apenas ao uso do quadro, giz e livro didático, não pode estar alheio a essas novas demandas sociais, culturais, tecnológicas. Sabendo de sua função social, precisa atualizar constantemente seus saberes, contribuindo na formação dos alunos enquanto sujeito de direitos, despertando para a busca de mudanças construtivas no processo educacional.

Portanto, reitera-se a necessidade da formação docente ser contínua e eficaz, que busque a valorização do profissional e que favoreça discussões coletivas, estratégias, metodologias possíveis para a melhoria de ações na prática, na qual professor, aluno e todo indivíduo envolvido nesse processo seja ouvido, respeitado e valorizado, sendo um cidadão atuante na sociedade.



O docente que atua a partir de uma perspectiva humanizadora, deve então, juntar teoria e prática, considerando não só as disciplinas técnicas, mas intervindo de forma crítica, despertando a curiosidade dos alunos, levando-os a refletirem, indagarem e buscarem mudanças e transformações sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio).** Brasília: MEC, 2000.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília, 1996.

FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina. **Educar o educador: reflexões sobre a formação docente.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Educação e Mudança.** 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 38.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Comunicação docente.** 3ª edição. São Paulo: Loyola, 1985.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas-SP: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?:** novas exigências educacionais e profissão docente. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

LOMBARDI, José Claudinei et al. (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação.** Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR, 2002.

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** – Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos.** In: Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. 476 p. (Coleção Educação para todos; 6).

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Docente.** Petrópolis: Vozes, 2002.